

---

Revista de História e Memória mantida por grupos de pesquisa em História sediados nas universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e de Sergipe (UFS) e nas universidades Regional do Cariri (URCA) e do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---



Cynthia Greive Veiga | Imagem: [Somos UFMG](#):

## **Desigualdades educacionais – Resenha de *Subalternidade e Opressão Sociorracial*: questões para a historiografia da educação latino-americana, de Cynthia Greive Veiga**

### **Polyanna Aragão Menezes Oliveira (UFS)**

**Resumo:** *Subalternidade e Opressão Sociorracial*, de Cynthia Greive Veiga, analisa a marginalização histórica de negros, indígenas e mestiços na educação latino-americana. Peca pela repetição e uso excessivo de imagens. Destaca-se por investigar criticamente a educação como instrumento de dominação colonial.

**Palavras-chave:** subalternidade; opressão sociorracial; história da educação.

*Subalternidade e Opressão Sociorracial*: questões para a historiografia da educação latino-americana, de Cynthia Greive Veiga, propõe discutir as formas pelas quais as populações latino-americanas, especialmente negros, mestiços e indígenas foram destituídos de sua humanidade e invisibilizados como parte das estratégias de controle e dominação colonial. A obra também expõe a subalternidade e opressão sociorracial dentro das escolas públicas, quando identifica a sensível diferença entre o tipo de instrução ofertada aos alunos das esferas privilegiadas e aos alunos filhos da classe trabalhadora. Lançado em 2022, pela Editora da Unesp, o livro foi premiado em 2º lugar pela Academia Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), em 2023.



Cynthia Greive Veiga possui doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e mestrado em Educação pela Universidade de Minas Gerais (1987). Realizou o pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (2003) e atua como professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com atividades de ensino e pesquisa nos cursos de graduação e de pós-graduação.

*Subalternidade, Opressão Sociorracial*: questões para a historiografia da educação latino-americana se inicia com o questionamento dirigido a uma fotografia que estampa um folheto da propaganda de uma gráfica: “Qual destes cidadãos você prefere?” (p. 15) A pergunta tem a função comparativa, quando faz o leitor escolher qual dos dois personagens é mais produtivo: o “aborígene selvagem” ou o trabalhador branco de uma fábrica, cercado por ferramentas do seu ofício? A origem desta pergunta remete à longa duração do processo colonizador, onde pessoas tiveram suas terras invadidas, foram escravizadas, oprimidas, sem contar na contribuição compulsória que deram à formação de ricas cortes e impérios.

No capítulo primeiro, a autora inicia a análise trazendo o “poncho” – vestimenta característica da América Latina – para o centro da discussão, problematizando os motivos que levaram os colonizadores europeus a transformarem uma peça de roupa em um símbolo de inferioridade. O eixo que sustenta essa narrativa é o divisor de águas entre o “ser selvagem” e o “ser civilizado”, um discurso naturalizado dentro das dinâmicas relacionais entre colonizadores e colonizados, que cumpre um propósito de inferiorizar o outro. A subjugação de povos inteiros foi historicamente naturalizada pela narrativa de que os europeus eram superiores aos nativos, o que lhes dava o direito de posse e dominação. Na balança do poder, esse desequilíbrio entre colonos e nativos foi determinante para a manutenção da posse e estigmatização desses povos. Porém, quando a força de trabalho escravizada de indígenas e africanos perdeu importância e valor, esses povos foram deixados à própria sorte. Esse era o modelo de humanidade construído no século XX, e sua problematização é indispensável para compreender os estudos voltados para a História da Educação latino-americana.

O capítulo segundo, é organizado em três seções: ações legais e marginalização das populações afrodescendentes e indígenas; processo de desqualificação desses povos, pautado pelas ciências e pelas teorias raciais do período; a estigmatização dessas populações, realçada pela falta da pele branca. A invisibilização dessas populações em seus direitos civis e políticos faz parte dessas estratégias. No caso dos nativos, os colonizadores se propuseram a conhecer sua língua como meio de aproximar-se deles e inserir a doutrina cristã. Quanto aos afrodescendentes, aos olhos do colonizador, não era necessário sequer aprender seus dialetos, uma vez que não habitavam as terras colonizadas. Misturar as etnias,

impedindo que os grupos se comunicassem e se articulassem foi estratégia de controle dos colonizadores. O desenvolvimento da eugenia e a hierarquia racial baseada na ciência de então justificava uma realidade na qual o racismo já estava estruturado e a divisão racial do trabalho, consolidada. Um grupo somente consegue estigmatizar o outro com sucesso quando está bem instalado em situações de poder. No contexto eurocêntrico, a divisão racial do trabalho, a cor da pele e os traços fenotípicos foram os fatores legitimadores. Daí o preconceito da cor ser também produzido pelas relações mercantis de trabalho – as pessoas passaram a ser mais ou menos valorizadas para este ou aquele ofício conforme a paleta de cores.

No Capítulo terceiro, a autora tem a intenção de demonstrar que a difusão da escolarização universal e obrigatória, de padrão eurocêntrico, consolidou o processo de inferiorização e subalternização das populações indígenas e afrodescendentes; a qualificação de “ignorante” para todos os que estavam fora da escola somou-se às demais desqualificações sociais que atingiam em particular essas populações. Não foi por acaso que a difusão da escolarização na América Latina esteve ligada às políticas de defesa da imigração europeia, em um esforço de branquear a população. Políticos e intelectuais reclamavam escolas gratuitas para a população pobre, mas com o objetivo de monitorar propriedade e conhecimento, uma instrução voltada para o trabalho. À época, as escolas que atendiam a esse público ofereciam poucas horas de instrução e muitas horas de práticas em oficinas de sapateiros, carpintaria, agricultura e, no caso das meninas, oficinas de serviços domésticos. A implementação da escola estatal também se fez de acordo com a conveniência do mercado. Assim, a escola deveria ser obrigatória, mas no caso das crianças pobres que trabalhavam, o ensino poderia ser ofertado aos domingos, nas horas livres entre o trabalho e os “momentos decentes” ou até mesmo pela noite.

Após resumir as principais teses do livro, resta apontar suas limitações e virtudes. Quanto às limitações, nota-se uma repetição ao longo de cada capítulo, em torno dos exemplos de ações desqualificadoras desenvolvidas em cada país da América Latina, o que torna a leitura um pouco enfadonha, sem contar a quantidade de imagens utilizadas na obra, algumas sem maiores justificativas para o leitor, uma vez que as legendas que designam essas imagens são insuficientes para relacionarem produtivamente a ilustração ao texto. A obra também pode ser considerada extensa e cansativa, devido à quantidade monumental de fontes iconográficas, para quem procura uma leitura rápida sobre os temas trabalhados

Sobre a relevância da temática, está evidente que o livro aborda as raízes das desigualdades raciais estruturadas na América Latina, a partir de um programa de “branqueamento” dos países latinos, pensado pelas classes políticas e intelectuais, que enxergaram na educação um caminho para unificar os saberes das populações atendidas, repassando conhecimento e civilidade de acordo com os padrões europeus, desqualificando os saberes ancestrais dos povos indígenas e africanos, exigindo a obrigatoriedade da frequência escolar dessas crianças e jovens, mas sem dar garantias mínimas de permanência nesses espaços. As iniciativas de educação escolar nos países latinos – e no Brasil em particular – tiveram que enfrentar a pobreza e o trabalho infantil, praticamente naturalizado entre as populações marginalizadas.

A obra atende ao objetivo central por exortar os leitores a romperem com a tradição eurocêntrica e propõe questões para a historiografia da América Latina, onde o principal objetivo é interrogar historicamente sobre o papel atribuído à educação nos processos de desenvolvimento econômico, compreendendo os vínculos entre modelo educacional em cada época histórica. A partir desta visão crítica a autora reflete sobre a impossibilidade de

ter sido produzido algum tipo de modelo de desenvolvimento alternativo às relações econômicas e sociais, com ampla repercussão nas políticas educacionais que impactassem positivamente a vida das populações subalternizadas. Assim, é leitura obrigatória para todos aqueles que buscam compreender de que modo a educação na América Latina ajudou a institucionalizar situações de opressão sociorracial e como a construção do conceito de raça serviu para dominar populações negras, indígenas e mestiças.

## Referências

VEIGA, Cynthia Greive. *Subalternidade e Opressão Sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. Prefácio: Rosa de Fátima de Souza Chaloba – São Paulo: Ed. UNESP/SBHE, 2022. [Coleção Diálogos em História da Educação].

---

## Sumário de *Subalternidade e Opressão Sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*

Prefácio

Introdução

1. Subalternidade e inferiorização étnico-racial: da subalternidade colonial à subalternidade nacional

1.1. Subalternidade como categoria de análise

1.2. Processos de organização nacional e a inferiorização étnico-racial - a problemática da epiderme na formação das identidades

2. A “estética da falta” como fator de opressão sociorracial

2.1. A organização das nações: para que serve os afrodescendentes e os povos indígenas? A invisibilidade como estratégia política

2.2. Ciência e inferiorização racial

2.3. A falta da cor branca – estigmatização e evitação social

3. Educar as cores pela escola: desigualdade escolar e institucionalização de infâncias subalternas e inferiores

3.1. Educação para todos: escola/educação desigual

3.2. As políticas das desigualdades na difusão da instrução elementar

Conclusão

Referências bibliográficas

---

## Resenhista



Polyanna Aragão Menezes Oliveira é professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe (SEED), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), graduada em História pela mesma universidade. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1370987702020075> ; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1163-7584>; e-mail: [polyannaaragao@gmail.com](mailto:polyannaaragao@gmail.com).

---

**Para citar esta resenha**

VEIGA, Cynthia Greive. *Subalternidade e Opressão Sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. Prefácio: Rosa de Fátima de Souza Chaloba – São Paulo: Editora da Unesp/SBHE, 2022. 376 p. [Coleção Diálogos em História da Educação], 372 p. Resenha de: OLIVEIRA, Polyanna Aragão M. Desigualdades educacionais. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 28, p. 41-45, mar./abr., 2026.

---

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).